

Plano Brady pode cortar 20% da dívida

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

WASHINGTON — O Governo americano começou, finalmente, a revelar detalhes mais específicos da proposta do Departamento do Tesouro para atenuar a crise da dívida externa da América Latina. Num documento entregue a banqueiros, durante uma reunião sigilosa na noite de quarta-feira, o Secretário Nicholas Brady revelou que os mecanismos que propôs poderiam reduzir nos próximos três anos o equivalente a 20% — US\$ 70 bilhões — do total da dívida de um grupo de 39 países.

Essa relação não seria proporcional à dívida de cada país. Tudo dependerá, segundo Brady, de acordos voluntários entre banqueiros e devedores. De qualquer forma, ele disse que imagina que os devedores poderiam conseguir descontos entre 30% e 60% da sua dívida atual para com os bancos comerciais. O volume total da redução poderia variar, caindo um pouco caso todos os 15 países mais endividados se habilitem a participar do esquema. Esse grupo deve um total de US\$ 300 bilhões e a redu-

ção, pelos cálculos de Brady, seria então de US\$ 60 bilhões.

A primeira reação dos banqueiros foi de cautela. Vários disseram que a concessão de novos empréstimos — essenciais para o desenvolvimento dos devedores — dependeria da intensidade das pressões do Governo americano sobre os bancos.

Para tornar sua proposta viável, o Secretário do Tesouro conta com uma cobertura de US\$ 20 bilhões a US\$ 25 bilhões por parte do Banco Mundial (Bird) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), dinheiro que seria utilizado como garantia de bônus a serem emitidos pelos países, para troca por títulos da dívida.

Ontem, o FMI anunciou que seus regulamentos não permitem que ele avalize títulos ou outras transações entre banqueiros e governos. E a Diretoria do Banco Mundial disse temer que, ao se tornar avalista de grandes devedores, o Bird acabe sofrendo abalos no crédito de que dispõe no mercado.

Diante disso, decidiu-se estabelecer contas paralelas, com dinheiro do FMI e do Bird, para dar cobertura aos títulos. Elas, no entanto, só seriam utilizadas no caso de um país deixar de pagar os juros. Nesse caso,

os dois organismos transformariam esse débito, automaticamente, em novo empréstimo ao país.

Outra sugestão levada por Brady aos banqueiros é a concessão de empréstimos a juros baixos por **pools** de capital — formados com contribuições dos países credores —, que os devedores utilizariam como garantia para o pagamento do serviço da dívida. Dessa forma, esses empréstimos acabariam sendo acrescentados ao estoque da dívida. Mas, pelos cálculos do Tesouro, cada dólar emprestado através dos **pools** proporcionaria a redução de dois dólares no pagamento dos juros.

Brady disse que um país poderia colocar de lado cerca de 25% dos empréstimos que habitualmente obtém do Bird e do FMI para utilizar nesse programa. Esse dinheiro poderia comprar de volta os títulos da dívida em mãos dos banqueiros, por um preço compatível com o desconto oferecido pelo mercado secundário.

Em sua exposição, Nicholas Brady deixou claro que os Estados Unidos não fornecerão capital novo para financiar esse esquema, mas utilizariam dinheiro que já está depositado no Banco Mundial e no FMI.